

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXVIII • Nº 119

Poder Legislativo

Recife, sábado, 2 de julho de 2011

Debate para solucionar problema de animais soltos nas rodovias

Colegiado de Agricultura abordou temática, no primeiro semestre deste ano

O setor agrícola no Estado passa por um período bastante produtivo. A Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural da Casa e a Secretaria Estadual de Agricultura e Reforma Agrária estreitaram os laços visando solucionar os problemas que afligem o segmento. No primeiro semestre, o colegiado, presidido pelo deputado Claudiano Martins Filho (PSDB), realizou três audiências públicas, cinco reuniões ordinárias e recebeu 11 projetos de lei, dos quais três foram aprovados, e oito continuam em tramitação.



MOISÉS BARBOSA

ENCONTRO - O tucano Claudiano Martins Filho (D) preside grupo temático

"O semestre foi bastante produtivo", ressaltou Claudiano Filho, registrando parcerias para resolver, sobretudo, a questão dos animais soltos nas pistas. O tema, inclusive rendeu duas

audiências públicas, que resultaram na formulação do Projeto de Lei nº 270/2011, de autoria do deputado Rodrigo Novaes (PTC).

A norma proíbe a criação e a circulação de animais de

grande porte, nas propriedades às margens das rodovias asfaltadas, sejam essas vias federais ou estaduais. A proposta está em tramitação na Casa, mas recebeu pareceres favoráveis da Comis-

são de Agricultura e de Justiça, que apresentou um substitutivo ao projeto.

Numa outra audiência pública, o secretário de Agricultura, Ranilson Ramos, detalhou os programas da pasta para o biênio 2011/2012. Ao longo do período, a secretaria investirá R\$ 385 milhões em infraestrutura e no desenvolvimento de ações voltadas para o setor. Na ocasião, os parlamentares tiveram a oportunidade de conhecer as metas do Governo e tirar dúvidas.

Também foi realizada uma visita ao Instituto A-

grônomico de Pernambuco (IPA), a fim de conhecer melhor o trabalho do órgão.

A instituição tem por finalidade gerar tecnologia, prestar assistência técnica aos agricultores de base familiar e realizar obras de infraestrutura hídrica, entre outros.

Claudiano Martins demonstrou-se satisfeito com os projetos desenvolvidos no instituto e ressaltou a importância do encontro para conhecer as demandas, como o controle de pragas da cochoilha, que ataca a palma forrageira.

Trânsito

Via Mangue garantirá mobilidade na Capital

A mobilidade urbana voltou a ser comentada na Assembleia Legislativa. O deputado Henrique Queiroz (PR) ressaltou que o problema atinge milhares de pessoas na Região Metropolitana do Recife (RMR) e propôs obras para amenizar os transtornos. "A Capital aguarda, ansiosamente, a conclusão da Via Mangue, medida que promoverá uma revolução na mobilidade, beneficiando, inclusive, o turismo que será gerado durante a Copa do Mundo de 2014", enfatizou.

São três as propostas do parlamentar. A primeira prevê o binário Boa Viagem - Setúbal, com a pavimentação e sinalização de várias vias. "Trata-se de uma medida simples e de baixo custo, sem a necessidade de desapropriações. Basta apenas sinalizar e organizar o

tráfego existente. Dez bairros seriam beneficiados, desafogando o trânsito da Avenida Engenheiro Domingos Ferreira e na Rua dos Navegantes, além de também atender às cidades de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho", avaliou.

A segunda medida sugere a requalificação do trecho Dois Rios - Ibura. De acordo com Queiroz, a construção de baias para o transporte coletivo, na Avenida Dois Rios, ajudará a organizar o trânsito no bairro do Ibura e vizinhanças. "Também sem grandes custos, a iniciativa oferecerá novo corredor, ligando a BR-101 Sul até a Avenida Recife, desafogando o eixo oeste-leste da Capital pernambucana", acrescentou.

Por fim, a ideia apresentada pelo deputado é a re-



ARQUIVO ALEPE

MAIS TEMPO - Henrique Queiroz (D) defendeu importância da fluidez do tráfego

qualificação do trecho Barreto de Menezes - Estrada da Batalha. "O desafogamento do trânsito nas proximidades do Aeroporto seria o grande benefício. A realização da obra beneficiará o acesso à BR-101 Sul ao bairro de Boa Viagem, onde

estão concentrados 90% dos hotéis, que servirão ao turismo gerado durante a Copa de 2014", observou.

Henrique Queiroz declarou esperar que os secretários estaduais de Turismo e Transportes, Alberto Feitosa e Isaltino Nascimento, res-



JOÃO BITA

pectivamente, apoiem a iniciativa e possibilitem a promoção de convênios, por meio do Governo do Estado, para concretizar as ações. "As propostas darão mobilidade, segurança, conforto e desenvolvimento à população. São de interesse co-

mun e entendo que as prefeituras também podem contribuir, pois não haverá desapropriações ou custos elevados", ressaltou.

O parlamentar lembrou a apresentação, em 2010, de uma ideia para criar um binário em Boa Viagem, com o objetivo de reduzir 40% dos congestionamentos. "A Prefeitura da Cidade do Recife não entendeu a proposta e criou uma rota alternativa, a partir da Rua Capitão Rebelinho, no bairro do Pina. A medida, entretanto, alivia minimamente o tráfego na área", lamentou.

Na análise de Queiroz, com a escassez de ciclovias, "o ideal é focar na adaptação das vias existentes, permitindo fluidez ao transporte coletivo, enquanto a Via Mangue e as ciclovias não saem do papel".

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE REALIZADA NO DIA 25 DE MAIO DE 2011.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às onze horas e trinta minutos, no Plenarinho II, localizado no quinto andar do Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco – Edifício Senador Nilo Coelho, nos termos regimentais e sob a Presidência em exercício do deputado **Luciano Siqueira** reuniram-se os deputados: **Aluísio Lessa, Daniel Coelho, Ângelo Ferreira e José Maurício Cavalcanti**. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciado os trabalhos informando aos demais deputados sobre o conteúdo da ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e três do mês de maio do ano de dois mil e onze, que teve a aprovação dos demais parlamentares. O Senhor Presidente iniciou a discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 199/2011, de autoria do deputado Daniel Coelho (Ementa: Dispõe sobre o atendimento preferencial em estabelecimentos comerciais no Estado de Pernambuco às pessoas que utilizam sacolas retornáveis, e dá outras providências) para relatoria do deputado Ângelo Ferreira cujo parecer foi pela aprovação, tendo a concordância dos demais membros; o Projeto de Lei Ordinária nº 200/2011, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Institui a divulgação e instalação de recipientes coletores para a Reciclagem do Óleo Vegetal Comestível no Estado de Pernambuco, e dá outras providências) para relatoria do deputado Ângelo Ferreira cujo parecer foi pela aprovação, tendo a concordância dos demais membros; o Projeto de Lei Ordinária nº 251/2011, de autoria do Governo do Estado (Ementa: Institui procedimento especial de licenciamento ambiental para obras públicas de construção de barragens nas bacias hidrográficas localizadas no território do Estado de Pernambuco), para relatoria do deputado Aluísio Lessa, que antes de ler o parecer informou sobre a preocupação do Governo do Estado com a construção das barragens para conter as enchentes no Estado e opinou pela aprovação do projeto, tendo a concordância dos demais membros, o Senhor Presidente passou a presidência para o deputado Ângelo Ferreira para que pudesse expor sua relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 255/2011 de autoria do Governo do Estado (Ementa: Categoriza as reservas ecológicas da região metropolitana do Recife, e dá outras providências) e antes de ler o parecer informou que o projeto foi amplamente discutido pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) e chega a Casa com redação precisa e que segue os preceitos desta Comissão opinando pela aprovação do projeto, tendo a concordância dos demais membros. Nada mais havendo a tratar, o deputado Luciano Siqueira encerrou a reunião. E, para que tudo fique registrado, eu, Márcio André Carneiro de Lima, Assessor desta Comissão, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Sala das reuniões, em 25 de maio de 2011.

DEPUTADO LUCIANO SIQUEIRA
Presidente em Exercício

DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA
DEPUTADO DANIEL COELHO
DEPUTADO JOSÉ MAURÍCIO CAVALCANTI

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE REALIZADA NO DIA 08 DE JUNHO DE 2011.

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às onze horas e trinta minutos, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco – Edifício Senador Nilo Coelho, nos termos regimentais e sob a Presidência do deputado **José Humberto Cavalcanti** reuniram-se os deputados: **Aluísio Lessa e Daniel Coelho**. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciado os trabalhos passando a leitura da ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e cinco do mês de maio do ano de dois mil e onze sendo aprovada pelos demais parlamentares. O Senhor Presidente distribuiu o Projeto de Lei Ordinária nº 287/2011, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Cria o programa de coleta seletiva de lixo nas escolas da rede pública estadual.) para relatoria do deputado Daniel Coelho. Em seguida, o Senhor Presidente propôs um processo de rodízio para análise de projetos de lei, que teve a concordância unânime. Logo após, iniciou-se o processo de discussão do Substitutivo nº 01/2011, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 203/2011, de autoria do Deputado Daniel Coelho. (Ementa: Obriga as empresas permissionárias e/ou concessionárias do transporte intermunicipal a instalar recipientes coletores de lixo no interior dos coletivos, acompanhados de mensagens educativas para conscientização sobre a preservação ambiental e dá outras providências), o Senhor Presidente passou a palavra para o relator deputado Aluísio Lessa que leu o parecer e opinou pela aprovação, tendo a concordância do deputado Daniel Coelho. O Senhor Presidente passou a palavra para os demais deputados. O deputado Daniel Coelho propôs que as reuniões ordinárias do colegiado fossem realizadas quinzenalmente, sendo a proposta aceita pelos parlamentares, e ficou decidido que os membros ausentes seriam informados da decisão. Nada

mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião. E, para que tudo fique registrado, eu, Márcio André Carneiro de Lima, Assessor desta Comissão, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Sala das reuniões, em 8 de junho de 2011.

DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI
Presidente

DEPUTADO ALUÍSIO LESSA
DEPUTADO DANIEL COELHO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 06 DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, REALIZADA NAS DEPENDÊNCIAS DO AUDITÓRIO, 6º ANDAR, ANEXO I, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DIA 14 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS, TEMA: DISCUSSÃO DE UMA NOVA FILOSOFIA NO QUE SE REFERE À REDUÇÃO DE BEBIDAS ALCOOLICAS, DROGAS E VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS,

Aos catorze dias do mês de junho de dois mil e onze, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, em 03 de junho de 2011, reuniram-se os integrantes da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e da Comissão de Educação, da Assembléia Legislativa para em Audiência Pública realizar uma discussão sobre a implementação de uma nova filosofia no que se refere à redução de bebidas alcoólicas, drogas e violência nas escolas públicas municipais e estaduais. O Deputado Betinho Gomes, Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos assumiu a Presidência dos Trabalhos, convidando para compor a mesa, a Deputada Tereza Leitão, Presidente da Comissão de Educação e os Deputados Silvio Costa Filho, Adalberto Cavalcanti e Sérgio Leite. Convidou ainda, o Juiz Marcos Barcelar, a Sra. Carla Lapa, representando o Secretário Tadeu Alencar, a Sra. Maria Luiza Ramos Vieira dos Santos, representando a Dra. Marta Freire, Defensora Geral, o Dr. Edson José Guerra, Promotor de Justiça e a Sra. Sandra Maria de Moraes, representando a Prefeitura Municipal de Gravatá. Após a composição da mesa, os trabalhos foram iniciados com o Sr. Presidente expondo as razões da presente audiência face ao Requerimento do Deputado Adalberto Cavalcanti que reconhecendo a relevância do trabalho do Juiz Marcos Barcelar e os resultados na cidade de Petrolina convidou-o a partilhar sua experiência nesta Casa. Concluindo sua fala, concedeu a palavra ao Deputado Adalberto Cavalcanti que agradeceu a presença de todos e todas e principalmente a do Juiz Marcos Barcelar, que gentilmente vem a esta Casa nos brindar com uma exposição sobre sua atuação no município de Petrolina em decorrência dos resultados obtidos com as ações preventivas por ele implementadas. Em seguida foi concedida a palavra ao Dr. Marcos Barcelar, que registra a alegria e satisfação em debater assunto importante para todo país em razão da violência social. Saúda o deputado Adalberto Cavalcanti em razão da postura em benefício da região sertaneja. Fala sobre a importância do Poder Legislativo e introduz o tema, fazendo um relato histórico das questões atinentes aos direitos das crianças e adolescentes, objeto de tutela do Estado, na vigência do Código de Menores e agora, Sujeitos de Direito, em decorrência da Constituição federal de 88 e da regulamentação da matéria através do Estatuto da Criança e Adolescente, Lei 8069/90. Fala sobre as alterações sociais ao longo da década e da reação das crianças e adolescentes com esta mudança. Fala sobre a questão da imputabilidade penal e que a redução dela não modificará o que acontece. A prática de crimes hediondos não se imputa a adolescente a não ser em percentual de 2%. A Lei estabelece que a família deva ter o papel principal no que diz respeito a garantir e defender os direitos desta parcela da população, o que de fato não ocorre. A família e a comunidade esperam uma ação do Estado e este só responde no caminho inverso da necessidade. Ressaltou que em nenhum estado brasileiro o ECA é plenamente vivenciado e que em Petrolina resolveu mudar a lógica vigente através de parcerias com todos os atores sociais. Num primeiro momento, buscou combater a violência crescente com o aceleramento da prestação jurisdicional e em seguida, buscou realizar um diagnóstico da situação, requerendo que as escolas e a policiais enviassem relatórios das áreas com maior incidência de práticas infracionais. Com os resultados, notificou as famílias e na data marcada, realizou palestras para pais, alunos e professores enfocando três eixos: - valorização da família; responsabilização e fiscalização. No período da tarde, realizava atendimentos individualizados ou por grupos. Os resultados foram muito positivos. Com esta articulação, passou a receber maior demanda em relação a parte protetiva. Falou sobre o Programa Legal do TJPE, sob a coordenação do Des. Luiz Carlos Figueiredo e em decorrência a criação de um comitê em Petrolina, em novembro passado. Conclui sua exposição declarando sua utopia no sentido de que a Justiça jamais será plena, nem absoluta, mas que possa ser sedimentada em princípios considerando o amor e a solidariedade. Em seguida, a palavra foi concedida ao representante do ministério Público, Dr. Edson José Guerra que parabeniza a iniciativa do Deputado Adalberto Cavalcanti e centra sua fala nos eixos estabelecidos pela Constituição Federal como agentes responsáveis pela garantia de direitos: família, comunidade, sociedade e Estado. O tema deve ter o mesmo destaque que foi dado à Segurança Pública e ser tratado como política de Estado. Diz que aprova a ação, mas discorda do método. As questões que envolvem violência na escola, usam de drogas, vulnerabilidade social, questões de risco, devem ser temas que devam compor a grade curricular das escolas de forma permanente, desde o ensino fundamental. A criação de comitês nas escolas é excelente, pois pressupõe o trânsito da família na escola. A desagregação familiar tem fator social, econômico e é necessário encorajá-las para ter um projeto de vida. Fala sobre a Lei 11.542, que trata da questão das drogas, como uma Lei muito tímida. Reforça a necessidade de que as escolas tenham aulas direcionadas para a cidadania e o respeito. Fala sobre a priorização nos orçamentos, considerando que a matéria não pode ser tratada como programa, mas como política de Estado. Relata as recomendações do procurador Geral de Justiça no que diz respeito ao perímetro escolar, no sentido de coibir a venda de bebidas e drogas. Relata a experiência da Caravana da Cidadania e reforça a tese de que a prevenção ao uso das drogas é um trabalho primário. Em seguida, pela ordem, pronunciou-se a Dra. Maria Luiza Ramos, representando a Defensora Geral, ela saúda os presentes e começa pontuando alguns aspectos sobre o cumprimento da Lei 8069/90 e começa pelo desconhecimento que a sociedade tem em relação à legislação citada. Muitos não sabem da obrigação a si atribuída e acha que a responsabilidade é do Estado. Fala que os problemas vivenciados se dão em razão da questão de valores e cita ações que deveriam ser combatidas em relação a fiscalização ostensiva do perímetro escolar que possui à disposição dos alunos, fiteiros, bares e pontos de venda de DVDs pornográficos. Parabenizou o trabalho do magistrado em Petrolina e defendeu a tese que a mudança é boa, mas tem que se consolidar. A Sra. Sandra Moraes, representante da Prefeitura de Petrolina, cumprimentou os presentes e começou sua exposição contando uma história que de um fato, modificou toda uma comunidade. Centrou sua exposição no papel da escola e no desafio do mundo contemporâneo e falou ainda sobre os novos papéis que lhe são atribuídos em razão da omissão das famílias. Reflete uma preocupação com o tempo em que se aguarda uma resposta da sociedade e do Estado, especialmente, do Judiciário que é muito moroso, enquanto que o tempo da infância e juventude é muito rápido. Fala sobre as dificuldades dos educadores em separar ato infracional de ato indisciplinar e das dificuldades na relação aluno versus professor. Conclui dizendo que acredita que a realidade possa ser mudada. Concedida a palavra ao Vereador Marcelo Santa Cruz, o mesmo saúda os presentes e se diz feliz em ouvir os que aqui se posicionaram, pois o que tem ouvido é um coro para criminalizar ainda mais os adolescentes em conflito com a Lei. Fala sobre o movimento pela redução da imputabilidade penal. Expôs as diretrizes e os princípios consagrados no ECA em relação à infância e juventude e falou da doutrina da Proteção Integral em detrimento da Situação Irregular consagrada pelo Código de Menores. Falou dos eixos do Sistema de Garantia de Direitos e dos Instrumentos criados pela Lei para dar conta da missão Constitucional. Entende que a missão atribuída aos Comitês seriam de responsabilidade dos Conselhos Tutelares e diz que o que de fato se precisa é colocar o ECA em execução. Reforça a necessidade de Educação de qualidade para todos, com valorização do magistério e do professor; defende escola em tempo integral e fala sobre os novos programas sociais de inclusão, a exemplo do Projovem, Bolsa Família e Escola Aberta. Refere a existência de extensa bibliografia e ainda de universidades que adotaram a cadeira de Direito da Criança e Adolescente em sua grade curricular. A Assembléia Legislativa está de parabéns em tratar da temática colocando a matéria no nível de Promoção de Direitos. Em seguida, pronunciou-se a Deputada Tereza Leitão, Presidente da Comissão de Educação, nos seguintes termos: Educação é fundamental e

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Marcantonio Dourado; **2º Vice-Presidente**, Deputado Edson Vieira; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Sérgio Leite; **3º Secretário**, Deputado Henrique Queiroz; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Assistente Legislativa** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativa** - Bruno de Oliveira; **Superintendente de Recursos Humanos** - Rodrigo Moreira Cordeiro; **Superintendente de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira** - José Lourenço de Sobral Neto; **Superintendente de Modernização Institucional e Tecnológica** - Braulio José de Lira C. Torres; **Assistente de Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Assistente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Assistente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Assistente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Assistente Educacional** - Jurandir Bezerra Lins; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Assistente de Comunicação Social** - Cláudia Lucena; **Chefe de Departamento de Imprensa** - Marconi Glauco; **Editora** - Andréa Tavares; **Redatores** - Antônio Azevedo, Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Cláudio Coutinho, João Bitá, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio**: Ana Lúcia Lins; **Repórteres**: Carolina Flores, Felipe Marques, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som**: Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários**: Carolina Moura, Dianely Sales, Ellen Cocino, Raissa D'Assunção, Silvanir Jaques; **Chefe do Departamento de TV**, Antônio Magalhães; **Gerente de Produção de TV**, Natália Câmara; **Reportagem**: Ana Cláudia Braga, Felipe Marques, Mônica Alcântara, Mara Amorim; **Produção**: Telma Oliveira, Solange Mendonça e Kiki Marinho; **Apresentação**: Mônica Alcântara, Mara Amorim. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso E-mail**: dcomunic@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

qualquer programa ou projeto tem que considerar o território que é a escola. Fala do instrumento PPP – Projeto Pedagógico da escola. Fala sobre as questões envolvendo os professores, cita a síndrome de Bourneaut e diz que no Brasil, 50% dos professores têm a síndrome incompleta e 25% tem a síndrome toda. Enfoca que no passado as doenças que acometiam os professores eram calos nas cordas vocais, problemas de coluna e varizes. Hoje a situação é bem mais complexa. No Brasil, há um alto índice de alcoolismo entre os professores. Todo projeto para dar certo tem que considerar o aluno e o professor como peça fundamental. Em relação ao Estatuto da Criança e Adolescente, observa uma má interpretação pela sociedade ou mesmo desconhecimento e há ainda os que fazem uma leitura romântica. Em outra legislatura foi constituída uma Comissão Especial e em decorrência da mesma, como proposta saiu a recomendação de uma Lei que tratasse desse tema em concursos e na grade escolar. Há muita ambigüidade. A lacuna permanece. Como ajudar? Pensar a escola como um todo, envolvendo professores e trabalhadores na educação. Fala em seguida sobre os valores difundidos pelo capitalismo com sedução e celeridade. Hoje o consumo é um bem. A competição é vista como salvação. Sucesso é visto como coisa individual. Fala sobre a necessidade de se estabelecer um contraponto com valores diferentes que considerem a solidariedade, o compartilhar e a construção coletiva. Fala como educadora, mas que o educador é um sujeito incompleto para esta nova função social. São necessárias parcerias que garantam o acesso e a permanência dos alunos nas escolas. Tem que se considerar que em alguns casos, a escola é o único equipamento cultural disponível na comunidade. As pessoas não têm acesso à bibliotecas, teatro, cinema, etc...Concluindo sua participação elogia a criatividade do magistrado e o fato de que a justiça está se preocupando com o espaço escolar onde nossas crianças ficam grande parte do tempo. Em seguida, foi concedida a palavra à Sra. Ana Beatriz, representando a Comunidade Terapêutica Libertação e Vida, sua fala foi um testemunho da situação envolvendo drogadição. Possui pai e irmão dependentes químicos. Fala da experiência em relação ao Movimento Amor Exigente no que diz respeito ao tratamento da co-dependência das famílias. Ressalta o medo que o Dependente tem de voltar para casa e para os problemas que muitas vezes o levou a drogadição. Entende que é necessário se pensar políticas públicas para as famílias. Na seqüência se pronunciou a Sra. Maria da Conceição Wanderley, presidente da Associação de Conselheiros e ex-conselheiros tutelares. Reflete sobre o cumprimento do Estatuto e sobre a omissão dos agentes públicos. Afirma que Jaboatão é exemplo no estado em relação a medidas sócio-educativas em meio aberto. Refere-se a falta de ações preventivas em relação à drogadição. Diz que o caminho para a solução dos problemas é a escola e que ações conseqüentes precisam de aporte orçamentário. O Sr. Salmom Santos faz uma fala calcada em seu conceito de respeito ao professor em contraponto ao que acontece hoje. Relata experiência pessoal, sua e de seu filho, onde prevalece a lógica do respeito. A Sra. Luziana Maranhão, representante do CREFITO, expõe sua experiência em tratamento de dependência química no Hospital das Clínicas. As questões relativas a prevenção estão interligadas. Há que ter o espaço da saúde pública, mas há que se considerar o espaço da escola. A prevenção às drogas deve estar no cotidiano das pessoas e das escolas. O tema tem de ser abordado de forma transversal. Fala da necessidade da justiça sair da forma elitizada e chegar perto da sociedade. O Major Cláudio responsável pela ação da Patrulha Escolar, fala do papel do policial enquanto educador. Propõe que se invista em uma cultura de paz. Trabalha a questão da família e afirma que a família tem sido poupada da cobrança por sua omissão. Fala ainda sobre a questão referente ao compromisso e sensibilidade de educadores. Lembra das cadeiras de educação moral e cívica e religião que influenciavam a formação moral dos alunos e que hoje não constam da grade curricular. Fala ainda sobre a cultura da PM que se calcava em repressão e hoje em valorização da vida e numa cultura de paz. Em seguida a Sra. Cristina Santos da SERES, fala de sua experiência enquanto psicóloga trabalhando com drogaditos que se encontram privados de liberdade. Fala sobre a questão referente às informações sobre os efeitos da droga no organismo. Pensa que seria interessante obrigar as famílias a prestar contas de suas ações e cita o recebimento do bolsa família como um bom momento para a cobrança do cumprimento do seu papel. Entende a necessidade de equipe interdisciplinar para tratar do problema, composta no mínimo por psicóloga e Assistente social, nas escolas. Em seguida o Deputado Betinho Gomes esclareceu que a Assembléia não pode propor legislação que implique em ônus para o Executivo. Agradece ao Deputado Adalberto Cavalcanti a oportunidade de ouvir o Dr. Marcos Barcelar, ao Magistrado aqui presente e a todos e todas presentes. Não havendo mais inscritos, o Deputado em nome da Mesa agradece a presença dos participantes ao mesmo tempo coloca a Assembléia e suas Comissões à disposição da sociedade, encerrando a presente Audiência Pública. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Recife, 14 de Junho de 2011

Deputado Betinho Gomes
Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

Deputada Tereza Leitão
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Deputado Sérgio Leite

Membro Titular da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

Portarias

PORTARIA N.º 297/11

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º606447/2011, do Deputado José Maurício Cavalcanti, **RESOLVE**: alterar a gratificação de representação de 110% (cento e dez por cento) para 48% (quarenta e oito por cento), no cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, da servidora **MARGARIDA SANTOS CASTRO**, nos termos da Lei n.º 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03 e 13.185/07.

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 01 de julho de 2011.

Deputado **JOÃO FERNANDO COUTINHO**
Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 298/11

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º062/2011, do Deputado Mavíael Cavalcanti, **RESOLVE**: alterar a gratificação de representação de 84% (oitenta e quatro por cento) para 24,50% (vinte e quatro vírgula cinquenta por cento), no cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, do servidor **LUÍS HERÁCLIO DO REGO SOBRINHO**, nos termos da Lei n.º 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03 e 13.185/07.

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 01 de julho de 2011.

Deputado **JOÃO FERNANDO COUTINHO**
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 116/11

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional n.º115896/2011 e Parecer da Procuradoria Geral n.º1007/2011, **RESOLVE**: Conceder à servidora **TACIANA MARIA BARBOSA GUERRA**, matrícula n.º371, Técnico da Administração, GMC2E07, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, 06 (seis) meses de licença prêmio, para gozo oportuno, correspondente ao 1º (primeiro) decênio, completado em 12 de março de 2011, nos termos do Art.113, Parágrafo Único, da Lei n.º 6.123/68 e Art. 1º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar n.º 16/96.

Sala Austro Costa, 30 de junho de 2011.

MARCELO CABRAL E SILVA
Superintendente Geral

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



MESA DIRETORA:

Deputado Guilherme Uchoa
Presidente

Deputado Marcantônio Dourado
1º Vice - Presidente

Deputado Edson Vieira
2º Vice - Presidente

Deputado João Fernando Coutinho
1º Secretário

Deputado Sérgio Leite
2º Secretário

Deputado Henrique Queiroz
3º Secretário

Deputado Eriberto Medeiros
4º Secretário

A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS



O SEGUNDA CULTURAL, um projeto da Assembleia Legislativa de Pernambuco, apresenta, nas noites das primeiras segundas-feiras de cada mês, espetáculos das mais diversas expressões artístico-culturais. A entrada é gratuita. Atualmente, os eventos são realizados na Torre Malakoff, no Recife Antigo, a partir das 19h.

INFORMAÇÕES PELO



**Fala Cidadão
0800.281.2244**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO
A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS
www.alepe.pe.gov.br**